



ACÓRDÃO Nº 430/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11285/2017**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1960/2018 – MPC – EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moares Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste. Exercício de 2016.

Irregularidades. Multas. Prazos. Notificação Determinações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos a Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** as Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, exercício de 2016, sob responsabilidade do **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, de acordo com o art. 22, inciso III, “b”, § 1º, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso III, “b” e “e” da Resolução 4/2002-TCE/AM, em decorrência de graves infrações à norma legal;
- 10.2- **Aplicar Multa** com fundamento no art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, no valor de **R\$ 8.768,25** que devem ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, na esfera Estadual através de documento de arrecadação – DAR AVULSO, gerado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FACE, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em razão de:
 - 10.2.1- Realização de despesas sem a prévia emissão de empenho, art. 60 da Lei 4.320/64, nos casos do item “IV – Irregularidades em Contratos”, item V – Irregularidades em aditivos dos Contratos;
 - 10.2.2- Envios parcial dos dados relativo ao Termo de Contrato 1/2016 e não envios do Termo de Contrato 2/2016 e dos Termos Aditivos: 4º TACT 1/2013; 2º TACT 4/2014; 2º TACT 2/2014; 2º TACT 5/2014; 3º TACT 8/2014; 3º TACT 3/2014 e 2º TACT 1/2015 no e.Contas e nem encaminhamento ao TCE das cópias integrais dos respectivos processos, conforme item “IV – Irregularidades em Contratos”;



ACÓRDÃO Nº 430/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.3-** Evidências de fragmentação de despesas para não alcançar uma licitação superior utilizando o disposto no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, constantes no item “VI – Das Fragmentações”, somando a quantia de R\$ 973.115,70 (novecentos e setenta e três mil, cento e quinze reais e setenta centavos);
- 10.2.4-** Contratação de serviços e Compras de medicamentos, sem procedimentos licitatórios, utilizando a Natureza de Despesa 33909301 – Indenizações, descumprindo o Art. 37, XXI da CF c/c o Art. 2º, 24, 25, 26 e 60 da Lei 8.666/93 e sem cobertura contratual ferindo o Art. 62 da Lei 8.666/3, constante no item “VII – Despesas sem procedimento Licitatório, sem cobertura contratual e com emissão de empenhos a posteriori”.
- 10.3-** **Aplicar Multa** com fundamento no art. 308, II, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, no valor de **R\$ 9.864,27**, que devem ser recolhidos no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual através de documento de arrecadação – DAR AVULSO, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FACE, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em virtude do encaminhamento intempestivo de prestações de contas mensais (competências de janeiro a setembro de 2016) ao sistema e-Contas;
- 10.4-** **Notificar o Sr. Antônio Moraes de Aquino** e a atual gestão do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste sobre o desfecho atribuído a estes autos;
- 10.5-** **Determinar** ao Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste para que se atente as irregularidades praticadas pelo **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, no exercício de 2016, quais são:
- a)** Não realizar despesas sem o prévio empenho, respeitando o disposto no art. 60 da Lei 4.320/64;
 - b)** Obrigatoriedade de informar no sistema e-Contas todos os Ajustes celebrados no exercício, anexando os Textos dos Termos de Contratos, Termos de Convênios e de seus Termos Aditivos, as Certidões de Regularidade Fiscal, para cumprimento dos art. 195, § 3º da Constituição Federal, arts. 29, III, 55, XIII, da Lei 8.666/93, como também todos os procedimentos licitatórios que deram origem às compras e aos serviços, inclusive aquelas através de dispensa e inexigibilidade;
 - c)** Realizar o planejamento prévio dos gastos anuais, para contratações dos serviços e principalmente para as compras, devendo, obrigatoriamente, obedecer ao disposto no Decreto 31.159, de 11 de novembro de 2013, que institui o Sistema Integrado de Gestão de Compras e Contratos do Governo do Estado do Amazonas, em seu art. 10, que diz: – O Plano de Compras é um documento virtual que servirá de referência para a criação dos processos de compra do exercício. O referido Plano de Compras deverá ser elaborado pelo Órgão Executor, bem como aprovado por seu respectivo Ordenador de Despesa, até 31 de dezembro do ano anterior de referência (§ 1º)”, de modo a evitar o fracionamento de



ACÓRDÃO Nº 430/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias e cumulativas ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

- d) Obrigatoriedade de contrato, nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço e que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento (Art. 62 e Parágrafo Único, do Art. 60, da Lei 8.666/93.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno

12- Data da Sessão: 04 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

13.1- Auditor Presente e Relator: Mário José De Moares Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO JOSE DE MOARES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral